

MARIA DE FÁTIMA <<<< discurso directo ALPENDURADA

Presidente da direcção do IAREN

Revista da Ordem dos Farmacêuticos (ROF): Em que medida a criação do CIPE vem potenciar uma melhoria na avaliação da qualidade das águas em Portugal?

Maria de Fátima Alpendurada (MFA): O co-financiamento do Projecto QREN-ON2, permitiu-nos adquirir um conjunto de equipamentos para investigação e análise de rotina, da mais elevada tecnologia e inovadores, para o estudo de matrizes aquosas (águas naturais, residuais e tratadas) bem como de matrizes sólidas e semi-sólidas (como solos, sedimentos, alimentos e biota).



Deste modo, o IAREN consegue colmatar lacunas existentes a nível regional e nacional, que tornavam redutoras as aplicações nesta área do conhecimento, permitindo com o tipo de capacidade instrumental instalada o cumprimento da Lei Quadro da Água, bem como a realização de estudos multidisciplinares, partilhando meios e conhecimentos com instituições universitárias ou não universitárias. Deste modo, será possível a racionalização de recursos e diminuição de despesas.

A diversidade de serviços agora disponibilizados abrange ainda as metodologias mais avançadas de amostragem (ex: *passive sampling*), análise (ex: imunoensaios e espectrometria de massa de alta resolução) e ensaios de simulação (ex: *suntest*).

Estes serviços permitirão a realização de estudos mais abrangentes integrando vários compartimentos ambientais (águas, sedimentos e biota), bem como efectuar monitorização contínua ou integrada no tempo.

ROF: Face à actual conjuntura económico-financeira, como decorreu o processo de financiamento deste projecto orçado em quase 1 milhão de euros?

MFA: Sempre houve da parte da Comissão Directiva do QREN-ON2 uma grande proximidade e um diálogo que permitiu a valorização do projecto. Também muita compreensão em aceitar alguns ajustamentos que foram necessários, à medida que o projecto se foi desenvolvendo. Posso afirmar que cumprimos em 100 por cento os objectivos propostos, o que muito nos honra. Gostaria de sublinhar o envolvimento por parte do presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte, Prof. Paulo Gomes, sempre presente em todos os eventos realizados, bem como do Eng^o Carlos Duarte e do Prof. Mário Rui Silva, cujo apoio nos deu ainda mais força para avançarmos com uma tarefa que, à partida, sabíamos que era um grande desafio. Não posso esquecer o suporte permanente fornecido pela equipa técnica do QREN-ON2, indispensável à concretização das tarefas agendadas. O financiamento está concretizado quase na totalidade. Sinto uma enorme responsabilidade em continuar a corresponder às expectativas criadas à volta deste projecto, e no meu entender, um projecto deve estar permanentemente em construção, caso contrário ficará comprometido. Temos pela frente muito trabalho, e tudo farei para o dinamizar, de modo que os objectivos não saiam gorados. O CIPE deverá estar ao serviço da saúde pública da população, quer a nível regional, quer a nível nacional.

ROF: Do trabalho já realizado, que tipo de poluentes são mais frequentes encontrar nas águas portuguesas?

MFA: Estudamos os rios Leça e Douro, o primeiro desde a nascente até à foz e o segundo desde a Albufeira

de Lever/Crestuma até à foz. Os pontos de amostragem localizaram-se a montante e a jusante das ETARs e dos afluentes dos rios. Os resultados permitem concluir que as descargas das ETARs e os tributários dos rios contribuem para o aumento da concentração dos poluentes. Foram vários os grupos de poluentes encontrados: fármacos, pesticidas, fragâncias e maus odores, compostos orgânicos voláteis, fenóis, PAHs (hidrocarbonetos aromáticos policíclicos), PCBs (bifenilos policlorados) e ftalatos. Muitos deste compostos já fazem parte da Directiva 2008/105/CE, Normas de Qualidade Ambiental para substâncias prioritárias ou substâncias prioritárias perigosas. Os poluentes emergentes quantificados foram os fármacos: carbamazepina (neuroléptico) e seus produtos de degradação, losartan (anti-hipertensor), ibuprofeno, naproxeno e paracetamol (anti-inflamatórios), lorazepan (ansiolítico), sinvastatina (regulador lipídico), hidroclorotiazida (diurético) e as fragâncias (geosmina, galaxolide, tricloroanisol, tonalide e isoborneol). No rio Douro quantificamos estrogéneos em concentrações muito baixas. Os valores encontrados para os poluentes emergentes não permitem tirar conclusões sobre o seu grau de perigosidade para a saúde humana, nem sobre o impacto nos ecossistemas, dado ainda haver falta de dados ecotoxicológicos. No entanto, devido à sua utilização permanente, estão constantemente a ser lançados nos rios, e como as ETARs tradicionais não permitem a sua degradação, a tendência será o aumento da presença nos recursos hídricos.

ROF: Quantos farmacêuticos estão envolvidos neste projecto e de que forma a formação superior destes profissionais pode constituir um mais-valia no âmbito das análises hidrológicas?

MFA: Somos 4 farmacêuticos, com qualificação para esta temática: um docente, um pós-doc, um aluno de doutoramento e um mestre em Ciências Farmacêuticas. Embora sejamos uma amostra não representativa no universo de profissionais da nossa classe, a experiência diz-me que o farmacêutico pode constituir uma mais-valia na área das análises hidrológicas. Conheço o número de farmacêuticos que desenvolve trabalho nesta área, mas sei que são profissionais muito reconhecidos pela sua competência. O IAREN tem possibilidade de contribuir para a formação pós-graduada, mas as Faculdades de Farmácia deverão ajudar a criar as condições para que tal aconteça. A Ordem dos Farmacêuticos pode ter um papel muito importante no processo de dinamização de novas valências profissionais. De facto, é necessário criar mais oportunidades no mercado de trabalho, até porque já começam a sentir-se dificuldades de emprego em áreas tradicionalmente asseguradas.